

Senado nº 116, de 1980, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que obriga a construção de creches nos conjuntos habitacionais.

Em votação o requerimento.
Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)
Aprovado.

Aprovado o requerimento a Presidência fará cumprir a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Item 3:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 1982 (nº 5.851/82, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que autoriza a doação ao Estado de Goiás, do imóvel que menciona, situado no Município de Pedro Afonso, naquele Estado, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, Sob nºs. 273 e 274, de 1983, das Comissões:

- de Agricultura; e
- de Finanças.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto vai à sanção

É o seguinte o projeto aprovado

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 79, de 1982 (Nº 5.851/82, na Casa de origem)

DE INICIATIVA DO SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Autoriza a doação ao Estado de Goiás do imóvel que menciona, situado no Município de Pedro Afonso, naquele Estado.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a transferir, por doação, ao Estado de Goiás, o imóvel constituído por um terreno, com área de 87.088.951,00 m² (oitenta e sete milhões, oitenta e oito mil, novecentos e um metros quadrados) e benfeitorias, situado no Município de Pedro Afonso naquele Estado.

Art. 2º O imóvel a que se refere o art. 1º desta lei destina-se à implantação, pelo donatário, de projetos integrantes do Plano de Ação do Governo do Estado de Goiás.

Art. 3º A doação efetuar-se-á mediante contrato, a ser lavrado em livro próprio do Serviço do Patrimônio da União, tornando-se nula e com reversão do imóvel, sem direito o donatário a qualquer indenização, inclusive por benfeitorias realizadas, se a este for dada destinação diversa da prevista no artigo anterior ou se ocorrer inadimplemento de cláusula contratual.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Está esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.
Há orador inscrito.

Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PDS — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A pretexo de demissões que estariam ocorrendo na VASP, renova-se, mais uma vez, a cealuma em torno da

privatização dessa empresa aérea que, dentro em breve, deverá comemorar 50 anos de funcionamento.

Neste sentido, anunciam os jornais que um empresário, presidente de conhecida companhia vinculada aos transportes rodoviários, estaria interessado em adquirir o controle acionário da VASP, na hipótese em que o Governo paulista se resolvesse a privatizá-la.

Ocorrer, porém, que a VASP jamais esteve à venda. O Estado de São Paulo investiu bilhões de cruzeiros nessa sua magnífica empresa, cujos origens remontam à figura inesquecível de Armando Salles de Oliveira.

A VASP se expandiu num ritmo paralelo ao próprio desenvolvimento do Estado, adquirindo uma excepcional experiência no que tange às exigências tecnológicas e às peculiaridades dos transportes aéreos.

Sua frota cresceu, e o seu pessoal — reconhecidamente eficiente e altamente capacitado — conquistou, nestes últimos anos, a confiança de todos os brasileiros.

Orgulho dos paulistas e do Brasil, a VASP, apesar dos obstáculos gerados pela crise econômica-financeira que o País atravessa, poderá ter sofrido o impacto de possíveis erros administrativos, em gestões menos austeras, mas, em nenhuma fase de sua história, se cogitou de vendê-la ou privatizá-la.

Ao contrário, as declarações do Governador do Estado, Franco Montoro, e do Secretário dos Transportes de São Paulo, Horácio Ortiz, tranquilizaram a opinião pública, em São Paulo, reafirmando, ambos, que a VASP: "não está à venda".

A VASP, que se transformou num patrimônio inalienável de São Paulo, é uma empresa sólida que tem prestado os mais assinalados serviços ao desenvolvimento nacional.

Além disso, logrou reunir equipes técnicas e profissionais que possibilitaram à empresa atingir padrões de eficiência e segurança semelhantes às melhores companhias de transportes aéreos do mundo.

Não teria sentido, nem se justificaria, em hipótese alguma, privatizá-la, como se alegou, a pretexto de corrigir possíveis abusos ou equívocos facilmente corrigíveis.

Já em agosto de 1977, precisamente no dia 29, teci considerações sobre os rumores que, então, circulavam a respeito do assunto, assim concluindo:

"Cumpr-me, pois, em razão das notícias reiteradamente veiculadas, dirigir às autoridades responsáveis o apelo para que não cedam, a quaisquer pretextos, às arremetidas contra uma empresa das tradições da VASP, e que a ela se deem condições para que continue progredindo, se expandindo e se aperfeiçoando para o bem da aviação brasileira e dos usuários, o que corresponderá, ainda, ao interesse nacional, pois ela é um patrimônio de que muito se orgulha o Brasil e, especialmente, os que se utilizam de seus excelentes serviços".

Volto, assim, a tratar do problema, quando, novamente, se propalam, sem qualquer fundamento, notícias a respeito da privatização da VASP — empresa que todos desejamos ver cada vez mais poderosa e aperfeiçoada. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão, designando para a sessão ordinária de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

1

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 724, de 1983), do Projeto de Resolução nº 161, de 1981, que autoriza o Poder Executivo a alienar à Empresa Agropecuária Industrial e Colonizadora Rio Candéias Ltda., área de 33.000 ha (trinta e três mil hectares), no Estado de Rondônia, para implantação de projeto de bovinocultura.

2

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 726, de 1983), do Projeto de Resolução nº 74, de 1983, que autoriza o Governo do Estado do Pará a alienar à Empresa Maise-Moju Agroindustrial S. A., uma área de terras devolutas do Estado, com aproximadamente 30.000 ha (trinta mil hectares).

3

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em s'u Parecer nº 727, de 1983), do Projeto de Resolução nº 77, de 1983, que suspende a execução do art. 21 I da Lei nº 1.333, de 25 de dezembro de 1977, do Município de Sertãozinho, no Estado de São Paulo.

4

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 728, de 1983), do Projeto de Resolução nº 86, de 1983, que autoriza a Prefeitura Municipal de Mundo Novo, Estado de Mato Grosso do Sul, a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 108.118.851,47 (cento e oito milhões, cento e dezoito mil, oitocentos e cinquenta e um cruzeiros e quarenta e sete centavos).

5

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 729, de 1983), do Projeto de Resolução nº 87, de 1983, que autoriza a Prefeitura Municipal de Iguatemi, Estado de Mato Grosso do Sul, a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 132.784.000,00 (cento e trinta e dois milhões, setecentos e oitenta e quatro mil cruzeiros).

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 40 minutos.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. LUIZ VIANA NA SESSÃO DE 17-8-83 E QUE, ENTREGUE A REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. LUIZ VIANA (PDS — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Em verdade, não vou fazer um discurso — vou continuar um discurso que aqui proferi, inserindo algumas observações sobre as nossas sucessões presidenciais e, sobretudo, as danosas consequências que advieram das lutas políticas em torno das sucessões. Faço-o com profunda convicção quanto aos males, aos velhos males oriundos da casa dividida. Dela já nos falamos as Escrituras, e não há quem ignore o que representa uma casa dividida, maxime num momento em que mais deveríamos ter a certeza de que tudo deve-se unir para sustentar a casa ameaçada. Quem saberá o que acontecerá ao Brasil desunido? Até porque, se houve uma hora, um momento em que o Brasil de Norte a Sul sinta e reclame uma união de forças, para venceremos a grave crise que atravessamos, é este que vivemos. Divididos como estamos ninguém evitará, mais dia ou menos dia, o naufrágio — não digo dos homens, não digo dos partidos — digo das instituições, do sistema de vida, que é o das nossas concepções.

Não se pense ser idéia nascida na hora atual, ou de eventualidade política trazida pela situação em que se encontra o Brasil com uma inflação galopante, e outra ainda maior de candidatos.

Lembrando a grande figura de Milton Campos, poderia dizer que não tomo as idéias da minha posição, mas a posição das minhas idéias. Realmente, Sr. Presidente, e peço licença para lembrá-lo, já em 1968 — há 15 anos, portanto, — levantava eu, como Governador do Estado da Bahia, a bandeira da pacificação nacional. E, em en-

trevista ao jornalista Carlos Chagas, então representante de *O Globo*, dizia-lhe eu, respondendo à pergunta que me fizeram sobre o que era a pacificação: "Por enquanto, (respondi) apenas uma sugestão. Uma colaboração política que entendo de meu dever levar ao Presidente e às forças partidárias. Diante do atual quadro de radicalizações e crises — pois a *FRENTE AMPLA* (era a grande força que surgia na Oposição naquele tempo) joga primordialmente na crise — entendo que cabe aos políticos a busca de soluções políticas. A ARENA e o MDB têm não apenas condições, mas também o dever de se unirem para a preservação de objetivos e metas comuns. A estabilidade das instituições e do regime é uma dessas metas.

Vemos, hoje, a ARENA amplamente majoritária em todo o País. Pacificação não quer dizer, portanto, a busca de maioria pela situação, uma vez que a maioria já é amplamente situacionista. Acontece que o MDB, diante da crescente radicalização do *Frente Ampla*, torna-se cada vez mais impregnado por ela, e a partir de determinada época, meses atrás, insensivelmente, seus membros estão sendo empurrados no sentido dos radicais. Estão ficando sem alternativas, sem opções. Com isso, a ARENA é obrigada a uma ação igual, e em sentido contrário, bem como todos os demais setores e áreas revolucionárias.

Ninguém sabe o que poderá advir da radicalização crescente, mas boa coisa não será. Ao final de tudo, terão sofrido as instituições democráticas. Devemos cuidar daquela "plantinha tenra" de que falava Otávio Mangabeira."

Não preciso dizer que a pacificação não se fez, pois a boa vontade e a compreensão do Presidente Costa e Silva esbarrou no muro de intransponíveis reivindicações da oposição. Hoje, Sr. Presidente, volvidos 15 anos, tenho o direito de perguntar — terá sido melhor para o Brasil? Terá sido melhor para a "plantinha tenra" do Sr. Otávio Mangabeira? Não o creio.

Feita essa introdução, desejo voltar aos rumos do meu discurso anterior, e examinarei agora a sucessão do Sr. Washington Luís, que, obtinido na ideia de ser sucedido pelo Sr. Júlio Prestes, atirou o País na Revolução de 1930. O episódio é tão recente que dispensa pormenores. Não se pode, porém, esquecer que da teimosia do Sr. Washington Luís nasceu o pacto firmado entre os situacionistas de Minas e São Paulo, como revide à imposição do Catete. Invoco aqui o depoimento de João Neves da Fontoura, um dos grandes e brilhantes artífices daquele pacto: "Meu tenaz esforço — escreveu o Sr. João Neves — concentrou-se, pois, em afeiçoar as coisas de modo a tornar inevitável a candidatura rio-grandense. O resultado favorável proveio da pressão dos acontecimentos e da auto-suficiência presidencial". Ao que aduz que o Sr. Washington Luís, "dispunha de múltiplas forças e formas e fórmulas para ganhar a partida e frustrar o advento da Aliança Liberal. Seu orgulho, sua teimosia, sua intransigência, sua concepção imperial do poder não admitiam, porém, solução para o problema sucessório fora do Sr. Júlio Prestes". O resultado dessa atitude, já o registrou a História, foi a Revolução de 1930. Não esqueçamos, porém, que a obstinação do Sr. Washington Luís ocorreu justamente quando do Sr. Antonio Carlos, candidato natural da velha política do "café com leite", desencarnava de suas ambições para permitir que se abrisse o caminho da vitória da Aliança Liberal.

Pensa alguém que o Presidente Washington Luís não tinha bons motivos para acreditar na vitória? Dezesete governadores o apoiavam, ao tempo em que dispunha de ampla maioria parlamentar. Entretanto, nada mais perigoso nas avaliações políticas do que essa confiança nas forças oficiais. Como dizem os hispânicos — No hay adversario chico... Todo adversário deve ser considerado grande e perigoso. Washington Luís, por formação, era incapaz dessa visão. Outros, entretanto, a tiveram dentro os seus amigos, tanto visível que a Nação queria mudar.

Ao Sr. Antonio Carlos atribuiu-se a famosa frase: "Façamos a revolução antes que o povo a faça". E eu pergunto: se hoje a repetisse, estaria porventura cometendo um dislate? Mas retomemos o fio da meada. Entre os amigos do Presidente estava o Sr. Otávio Mangabeira, que por várias vezes insistiu para que se buscasse um candidato de conciliação. Seria, talvez, o que hoje estão chamando o candidato de consenso. O Presidente, no entanto, pusera o pé na parede e ninguém o afastaria da candidatura Júlio Prestes. Certa vez, com Mangabeira insistisse, o Presidente redarguiu-lhe: "Dr. Mangabeira, não se preocupe, todos os caminhos levam a Roma". Não demorou muito que ambos se encontrassem no exílio, e Mangabeira lembrou ao obtinido Presidente: "O senhor tinha razão, todos os caminhos levam a Roma".

Infelizmente, para mim, Sr. Presidente, sou dos que bem sei que nem todos os caminhos levam a Roma, pois já trilhei os que me levaram a padecer oito anos de Estado Novo.

A verdade é que Mangabeira, com a acuidade política que lhe era própria, compreendia que da Primeira República já brotara o divórcio entre a elite dirigente e a Nação: falavam línguas diferentes.

Será preciso lembrar as consequências advindas ao Brasil daquele entendimento da classe política? Além de 1930, experimentaríamos o Movimento Constitucionalista de 1932, não foi um vimos sacrificados milhares e milhares de jovens idealistas de São Paulo. Mas, não ficaria aí a coroa de espinhos. Teríamos 1935, símbolo da bravura e do sacrifício de militares. E, por fim, teríamos a noite descida em 1937. E não quero deixar de registrar a frase que o Sr. Francisco Campos diria nesse ano, que a Nação estava cansada.

Dentro dos rumos que me tracei para escorvar a memória dos esquecidos dos amargos frutos das lutas sucessórias, não posso passar por cima de 1937. Não importa saber se o Presidente Vargas pensava ou não em dar um golpe. O incontestado, a meu ver, é que este somente se tornou possível pela luta entre os Srs. José Américo e Armando Sales de Oliveira. Conta o Sr. Paulo Pinheiro Chagas, que tanto honrou o Parlamento brasileiro, como um dos nossos mais brilhantes tribunos, que Benedito Valadares bem cedo apresentara mais propósitos ao Presidente Vargas, motivo por que promovera um entendimento entre os políticos mineiros. Tendo confiado-o certa feita; "Se necessário, faremos de Minas uma nova Catalunha". Não creio que tivesse gás para tanto: ficaria no que então se chamou a guampada de boi manso, mas que obrigou Vargas, na ocasião, a autorizar-lhe a coordenar a candidatura José Américo, logo aceita pela grande maioria do PSD. A ela logo se opôs, porém, a candidatura do Governador Armando Sales, que cometeu o erro de deixar o Governo dando oportunidade a que Vargas o derrotasse na Assembleia Legislativa com a eleição do Sr. Cardoso de Melo Neto, e fizesse de São Paulo uma das suas trincheiras. Nesse dia Sales estava derrotado, e a fogueira acesa para iluminar os caminhos do golpe de 37.

Volto aqui ao Sr. Mangabeira, que ainda uma vez viu longe as consequências da luta. Vi-o procurar o Sr. Agamenon Magalhães para fazer-lhe um apelo em favor de um candidato de conciliação, sob pena de Getúlio Vargas destruir as instituições. Diz-se que ao fim, quando conquistado o apoio do Ministro Dutra, que se inquietara com o tom da campanha, esboçara-se um entendimento para a retirada das duas candidaturas — elas já haviam, porém, dado seu fruto: o Estado Novo, que por longos oito anos conservaria o Brasil sob a Ditadura.

Lembro-me bem, Sr. Presidente, era no velho Tiradentes, havia a Bancada da Imprensa, e entre ela e as bancadas, está aqui um dos seus mais ilustres frequentadores, o Senador Virgílio Távora, estava a Bancada dos Deputados. Mangabeira sentava-se ali, quando chegou o Sr.

Deputado Agamenon Magalhães. Otávio Mangabeira chamou-o e fazendo-o curvar-se um pouco, para lhe falar ao ouvido, disse, num jeito que era muito seu: "Dr. Agamenon, qualquer candidato serve, qualquer, contanto que seja um". E nesse momento há uma coincidência, passava ali, nessa terra de ninguém, o Sr. Juscelino Kubitschek, então modesto Deputado de Minas, naquela ocasião. E o Sr. Mangabeira, sem saber que fazia uma profecia, disse para o Sr. Agamenon. "Olhe, até o Juscelino serve." A luta continuou e veio o golpe de 37.

Com a queda de Vargas, mais tarde, em outubro de 1945, teríamos o confronto entre as candidaturas do Brigadeiro Eduardo Gomes, cuja vitória se acreditava inevitável, e a do General Dutra, eleito pelo PDS e os remanescentes do Estado Novo. Embora breve, a luta fora áspere, pontuada por uma campanha de descrédito contra o Sr. Eurico Dutra, cuja aguda inteligência política o País ainda desconhecia. Sem dúvida, era o clima propício para novas lutas, motins, ou insurreições. Dutra, entretanto, sabia que somente a paz é frutuosa. Contru o Sr. Vitorino Freire que, ao organizar o Ministério, Dutra logo cuidara de consultar o Brigadeiro Eduardo Gomes, para que o Ministério da Aeronáutica, aquele a que, naturalmente, era mais sensível o Brigadeiro, viesse a ser ocupado por alguém que não provocasse maior reação. Permaneceu assim o Ministro Trompowski. Mas, não contente, com tal demonstração de paz, desejou colocar no Gabinete Militar um oficial antigo de Eduardo Gomes, que sugeriu o nome do oficial Pedro Paulo Pessoa, que permaneceu no Gabinete até o fim do Governo.

Bem cedo o Presidente Dutra aplainara os caminhos que levariam ao acordo com a UDN, cujo Diretório, apesar da divergência de muitos — e lembro aqui os nomes de Virgílio de Melo Franco, José Américo, Carlos Lacerda e Adauto Lúcio Cardoso, para citar apenas alguns — aceitou a fórmula de Otávio Mangabeira, segundo a qual os membros da UDN podiam aceitar postos no Ministério, embora o Partido, oficialmente, não participasse do Governo. Cresceu assim a árvore da paz e sob ela, durante cinco anos, vivemos o tranqüilo Governo do Presidente Dutra, modelo de equilíbrio e tolerância. Pergunto: não terá sido um bem para o Brasil aquele período de paz?

A política, no entanto, é caprichosa. O mesmo homem que afagara o acordo político, iria recusar-se a promover uma sucessão presidencial marcada pela concórdia. Nesse sentido, tenho como primeiro passo o afastamento da candidatura Nereu Ramos. Por todos os títulos políticos e atributos pessoais, Nereu Ramos seria o candidato natural e incontestado do PSD. Desconheço os motivos pelos quais Dutra dele se desartou, abrindo um vácuo, que seria fatal. Na verdade, sobretudo da área governamental, nenhum político preferia Nereu Ramos, que vinha de 1930, e servira ao País com impecável correção, granjeando inclusive o respeito e a admiração dos adversários.

Alguns dia se saberão as razões que levaram ao afastamento da candidatura Nereu Ramos. Na ocasião, uma das versões assegurava que pessoas da intimidade do Presidente já mais haviam perdoado Nereu da redução do mandato presidencial, de seis para cinco anos, como o fez a Constituição de 1946, com a concordância do próprio presidente Dutra. O certo é que esse veto a candidatura Nereu abriu as portas ao regresso do exilado de Itu.

Hoje podemos ver quanta razão assistia ao Sr. Artur Bernardes quando declarou ao Sr. Mangabeira — conforme já referi em outra oportunidade — que seria o último presidente a governar dentro da lei.

Ninguém ignora que o Presidente Dutra sugeriu à UDN cinco nomes mineiros. Minas passava a ser assim uma peneira de candidatos, entre os quais, embora evite fazer juízos temerários, os de maior estatura política eram os Srs. Bias Fortes e Carlos Luz. A verdade é que essa safra de candidatos mineiros irritou fundamente a

UDN, que, em Minas, tinha inclusive o nome do seu ilustre Governador Milton Campos. Desse modo, a sucessão fazia desmoronar tudo quanto se fiara pacientemente para dar tranquilidade ao Brasil. Separados a UDN e o PSD, aquela com a candidatura Eduardo Gomes, este com a do Sr. Cristiano Machado, cuja vida pública ainda não o credenciava para a suprema magistratura, logo surgiu o Sr. Getúlio Vargas, que, segundo os testemunhos da época, não somente acentuaria o nome do Sr. Nereu Ramos, como jamais se aventuraria a enfrentar candidato que reunisse o apoio daqueles dois partidos. A divisão levou o Sr. Ademar de Barros também a botar água no moinho do PTB.

Resultado imediato foi a fácil eleição do Sr. Getúlio Vargas. Não devemos, porém, confundir a vitória com a paz, e esta não baixaria sobre o Brasil nos anos que se seguiram à eleição de Getúlio Vargas.

Tudo isso prova, Sr. Presidente, que como bem dizia Campos Sales, e aqui lembrei há algum tempo, a sucessão presidencial é o eixo da política brasileira. Nada é mais importante. E por isso mesmo tem de ser considerada sem outra preocupação que não seja o País. Sempre que se saiu desse rumo, fosse pelas próprias circunstâncias da política, fosse por motivos pessoais, construíram-se caminhos de intranquilidade.

Ficara o fogo de monturo decorrente da campanha eleitoral. O Brasil teve então um dos mais agitados períodos após a Revolução de 1930, encerrado dramaticamente com o gesto do Presidente Vargas que, em meio à solidão a que o levava a Presidência da República, emocionaria o País pondo fim à própria existência. Estou dispensado de dizer do traumatismo que varreu o Brasil de Norte a Sul. É que, ainda uma vez, da campanha pela sucessão presidencial não surgia apenas uma palavra para o vocabulário político — a cristianização: ficava o sacrifício do Sr. Getúlio Vargas. Como sempre ocorre, ficara algo mais, e o País, de 1950 a 1954, debateu-se numa continuada luta parlamentar sob a extraordinária liderança do Deputado Carlos Lacerda. Luta que desaguou no suicídio do Presidente Vargas.

Para comprovar a tese que tenho sustentado sobre a conveniência do consenso nacional em torno de um candidato à Presidência da República, não seria necessário prosseguir, de tal modo os fatos são evidentes. Infelizmente, porém, parece acontecer com alguns dos responsáveis pela política do País aquilo que dizem haver ocorrido com os Bourbonês após a queda de Napoleão — tudo haviam esquecido e nada haviam aprendido.

Tendo o Sr. Café Filho assumido a Presidência, dir-se-ia possível uma trégua em torno da sucessão. Contudo, como tão freqüente, tanto a UDN quanto o PSD estavam convictos de uma próxima vitória eleitoral. No PSD — já morto o Sr. Agamenon Magalhães, candidato natural — surgiu o Sr. Juscelino Kubitschek, que nenhum conselho ou advertência afastava da luta. Na UDN aprestava-se o Sr. Juarez Távora.

Antes, porém, de se chegar a esse confronto, algumas cousas aconteceram e não devem ser omitidas. No PSD era notória a existência de uma dissidência, e o Sr. Etelvino Lins, antes mesmo do trágico 24 de agosto, trabalhara no sentido de um candidato de união nacional, ideia que sustentava mesmo após a morte de Getúlio Vargas. Chegara mesmo a sugerir ao Sr. Juscelino Kubitschek a indicação de três nomes à convenção do PSD: o próprio Juscelino, Lucas Lopes e Gustavo Capanema. Os dois últimos desistiram expressamente da indicação.

Também não deve ser esquecido que, havendo Juarez Távora desistido da candidatura, o nome do Sr. Etelvino Lins despontara como um nome capaz de se tornar um virtual candidato de conciliação, dada a densidade das forças anti-juscelinistas dentro do PSD. Foi, porém, uma rosa de Malherbe. Do mesmo modo que falharam as articulações em torno do Sr. Carlos Luz. Sem demora, Juarez Távora retomou a candidatura, e a ideia de união nacional se desfez como bolha de sabão.

Restava, porém, o problema dos vice-presidentes. E, ainda uma vez, como acontecera em outras oportunidades, nele iria se decidir virtualmente os destinos da eleição. O Presidente Café Filho desejava fosse o Sr. Munhoz da Rocha o companheiro de Távora, ao que se opôs Carlos Lacerda, tornando-o impossível. Acreditava-se, portanto, que, se eleito, Café Filho recolhera as velas — era a derrota de Távora. Enquanto isso, Juscelino, pronto a pagar alto preço pelo apoio do PTB, inclinou-se para João Goulart como companheiro de chapa — era a vitória do governador de Minas, que vencera todos os obstáculos, inclusive a má vontade do Sr. Benedito Valadares.

Uma nova e áspera luta iria girar em torno da sucessão presidencial — e não custava presentir-se a existência do clima do qual surgiriam Jacarecanga e Aragarças, do mesmo modo que levava ao impedimento do Sr. Café Filho e à deposição do Sr. Carlos Luz, que tivera de homiar-se a bordo do Tamandaré. Na verdade, a Nação dividira-se entre três candidaturas — a do Sr. Juscelino, que alcançou 36% dos votos, do Sr. Juarez Távora, que obteve 30%; do Sr. Ademar de Barros, a quem tocamam 20%.

Poder-se-ia esperar a paz, diante de uma casa de tal modo dividida?

Não custava advinhar ter o Brasil entrado em novo período de agitação, do qual a primeira demonstração foi o levante de Aragarças. Felizmente, mais inclinado a apagar os incêndios do que alimentá-los, o Presidente Juscelino esgotaria o seu mandato entre lutas, que enfrentou com habilidade, mas nem por isso evitando que o País desconhecisse a fecunda benemerência da paz.

Por mais que deseje ser breve, não posso omitir a disputa entre os Srs. Jânio Quadros e Teixeira Lott, e que resultara no fato de haver a UDN, negado ao Sr. Juracy Magalhães o apoio que lhe devia. A luta, entretanto, não se esgotaria com a esmagadora vitória do primeiro, pois faltava-lhe evidentemente o apoio parlamentar, que o levaria, em pouco mais de seis meses, a renunciar à Presidência da República. Era o balanço final de mais uma campanha em torno da Presidência da República. Seguir-se-ia o infeliz governo do Sr. João Goulart, cujo término seria marcado pela revolução de 1964.

Ora, Srs. Senadores, quando observo a fogueira que ameaça o Brasil, cada dia pondo-se mais lenha, tenho o direito de perguntar se estou cego, ou se são os outros que teimam em não ver. Principalmente em meio à terrível crise que nos lacerava, não entendo não se fazer imenso esforço em busca de um entendimento. Lembro-me, aliás, que, ao ser lançada a candidatura Júlio Prestes, o Sr. João Neves perguntava, na Câmara dos Deputados, se não sabia o governo, o governo do Sr. Washington Luís, então a braços com a estabilização da moeda, "ser a paz política, seguida da tranquilidade pública, uma das condições fundamentais para a vitória de um plano de estabilização?". Não poderemos nós, diante de quanto estamos vendo e sentindo, nós que vemos e sentimos as aflições do povo, perguntar se não terá chegado a hora de alguma cousa que signifique o entendimento, a trégua, a conciliação, ou que melhor nome tenha?

Ultimamente, muito se tem falado em consenso, que certamente terá de ser buscado inicialmente dentro do PDS, o maior dos nossos partidos, para depois de entender, e de buscar estender a outras agremiações ou segmentos da vida política.

Bem sei quanto divergem os conceitos em torno da exata significação do consenso. Estou longe de pensar que possa significar uma reunião de dois ou mais partidos apoiando um candidato comum. Francamente, no clima atual, não acredito possível. Admito, porém, poderemos chegar a um candidato que, mesmo sem ser o preferido de todos, possa ter o assentimento de todos, pelo reconhecimento de ser alguém em condições de exercer a Presidência. Isso, para mim, é o consenso. O

que, no entanto, não passa na minha cabeça, talvez por encanecida, é que haja grupos políticos mesmo dentro dos partidos, que se submetam a apenas contribuírem para a grelha onde serão nomeados. Na política isso, a meu ver, não existe. E daí a necessidade de imenso trabalho político para alcançarmos a paz, a tranquilidade, a confiança, diria mesmo a esperança que desapareceram dos nossos horizontes.

O Sr. João Calmon — Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. LUIZ VIANA — Pois não, com muito prazer, nobre Senador João Calmon.

O Sr. João Calmon — Permita-me interromper a sua lúcida análise sobre o...

O SR. LUIZ VIANA — Eu é que agradeço a V. Ex.^a

O Sr. João Calmon — ...problema da sucessão presidencial, para fazer uma rápida observação: eu não faço nenhuma distinção entre paisanos e militares. Parece-me, entretanto, eminente Senador Luiz Viana, que, nos últimos 19 anos, a sucessão presidencial se está transformando no Brasil, numa "ação-entre-amigos", entre amigos fardados, até mesmo com a fixação do número de estrelas necessárias (quatro) para que o candidato seja eleito Presidente da República. Eu falo com a isenção de quem é reservista de segunda categoria e recebeu a Ordem do Mérito Militar no grau de Grande Oficial, o diploma Honoris Causa da Escola Superior de Guerra. V. Ex.^a salientou há pouco que está havendo no Brasil, nestes últimos meses, além da inflação na área financeira, uma inflação de candidatos. Hoje, abrimos os jornais, o Correio Braziliense, por exemplo, e vimos o lançamento ou relançamento de um novo candidato militar — o eminente General Octávio Medeiros. Esse relançamento foi feito pelo General Newton Cruz, novo Comandante Militar do Planalto. Eu tenho a impressão de que numa hora grave da nacionalidade, como a que V. Ex.^a está focalizando com tanta propriedade, nós deveríamos interromper essa "ação-entre-amigos" fardados, ou da ativa ou da reserva. Eu leio apenas três ou quatro linhas do pronunciamento do General Cruz que, a certa altura, afirma o seguinte, em relação ao atual Chefe do Serviço Nacional de Informações:

"— Vejo-o entre os grandes, recordando os pequenos; vejo-o entre os pequenos, esquecido dos grandes. Eu vi o cidadão. Vi o companheiro e o chefe, vi o amigo e o irmão. Vida feita de coerência, a marcar a coerência de uma vida. Eu vejo o homem público, eu vejo o estadista. Merecem-no o SNI e o Brasil."

A propósito desta promoção a estadista, eu devo evocar as palavras imortais de Disraeli, que costumava dizer: "A diferença entre político comum e o estadista é que o político comum só pensa na próxima eleição, enquanto o estadista só pensa na próxima geração". Creio que esse retrato de estadista não deve sair jamais das nossas mentes. (Palmas.)

O SR. LUIZ VIANA — Agradeço a V. Ex.^a Estou certo de que pelo menos uma ponderável parte desta Casa, senão toda, também acredita que o Brasil esteja a reclamar um estadista, seja ele fardado ou civil. O que devemos é ter alguém que, pelas suas virtudes, pela sua capacidade política — que é justamente o traço que está omitido naquela declaração do General Cruz, não sei se ser propositalmente, mas ele que atribuiu tantas virtudes ao General Medeiros, inclusive a de estadista, não tem na palavra para o homem político — o que precisamos é escolher um Presidente político para governar com os políticos. (Palmas.)

O Sr. Humberto Lucena — Permite V. Ex.^a um aparte?
O SR. LUIZ VIANA — Com muito prazer e muita honra.

O Sr. Humberto Lucena — V. Ex.^a está a terminar uma magnífica exposição histórica que faz jus a sua brilhante inteligência, ao seu talento, a sua cultura, inclusive de escritor dado à pesquisa deste gênero. V. Ex.^a faz um trabalho muito brilhante a respeito das várias sucessões presidenciais ao longo da República. Mas, o que me parece — e nesse sentido é que gostaria de interferir no discurso de V. Ex.^a — é que a democracia, nobre Senador Luiz Viana, não é um regime de consenso; pelo contrário, é um regime de conflito, dentro da sociedade, entre partidos, entre homens públicos e suas idéias. A julgar pelo que escutei de V. Ex.^a em todas as sucessões presidenciais nós deveríamos ter chegado a um entendimento em torno, possivelmente, de um candidato único à Presidência da República, para evitar certas crises institucionais que, infelizmente, nos atingiram durante toda a História republicana. Para concluir, eu diria a V. Ex.^a, ao ver do PMDB, a única saída para se acabar com essa "ação-entre-amigos" a que se referiu, com muita propriedade, o Senador João Calmon, do PSD do Espírito Santo, que tem caracterizado as sucessões presidenciais de 1964 até hoje, é evidentemente devolver ao povo a escolha de Presidente da República, restabelecer as eleições diretas para que, através delas, de um grande debate nacional, nós possamos solucionar a crise econômica e social em que nos encontramos. Ai, como sabe V. Ex.^a, nós temos cada partido com seu candidato defendendo sua plataforma e o povo será o grande juiz. Agora, para dar maior importância e representatividade aos resultados das eleições diretas para Presidente da República, e inclusive para governadores de Estados e prefeitos, nós poderíamos adotar o princípio da maioria absoluta, isto é, só seria eleito aquele que alcançasse metade dos votos, mais um, como ocorre hoje na França no sistema parlamentarista que lá está implantado, mas onde o Presidente da República é eleito pelo povo.

O SR. LUIZ VIANA — É pela maioria absoluta. O que desejaria acentuar é que eu não me oponho, pelo menos teoricamente, à luta, ao conflito, ao confronto partidário, ao confronto de candidatos, que é evidente, próprio e até peculiar à Democracia. Quer dizer, nos regimes não-democráticos é que surgem os candidatos únicos, os candidatos salvadores, os candidatos que chamam carismáticos talvez, e que muito raramente servem ao País mais do que aos seus interesses e aos interesses dos seus amigos. Mas o que acho altamente inconveniente, sobretudo num momento de crise, de crise grave como a que atravessa o Brasil, é que nós mergulhemos na radicalização de uma luta política, de uma luta em torno da candidatura a Presidente da República e que traga, realmente, problemas futuros da maior gravidade. Não precisaria relembrar, porque isso está aqui, todos nós conhecemos, todos nós somos políticos, somos militantes, que o futuro Presidente da República, ele corre o risco de ser eleito tendo o apoio apenas de uma minoria parlamentar. Se os presidentes que ascendem com maioria parlamentar têm dificuldades para governar, perguntaria a V. Ex.^a quais serão as dificuldades que um Presidente, no momento em que ascende à suprema magistratura do País, poderá ter, não contando com o apoio de uma sólida maioria parlamentar? São observações que, estou certo, V. Ex.^a fará e sobre elas meditará.

Sr. Presidente, dizia eu que era preciso restabelecer inclusive a esperança que desaparecera dos nossos horizontes.

Nenhum trabalho será mais frutuoso para que, Unidos, acima dos partidos e das facções, possamos desfraldar sobre o Brasil uma bandeira sob a qual se possam abrigar confiantes todos os brasileiros, no clima da abertura democrática.

Para esta, é de justiça reconhecê-lo, proclamá-lo, o Presidente João Figueiredo, certamente vencendo a oposição dos que imaginam vantagens das lutas e dissensões, tem dado passos importantes, possivelmente decisivos para o futuro do Brasil. Há que continuá-los com a impessoalidade do estadista. Há dias, segundo os jornais, Sua Excelência pedia que Deus o inspirasse, o que bem mostra a altura em que compreende deve estar o problema.

Quinze anos se passaram, Sr. Presidente, depois que sugeri ao Presidente Costa e Silva uma conciliação. Estou certo, porém, de que os fatos que assinalam as sucessões presidenciais no Brasil, — o eixo da nossa vida política, conforme disse Campos Sales, — não contribuem para que deva mudar de rumo. Pelo contrário, Sr. Presidente, com os problemas que angustiam hoje o Brasil, abalando estruturas políticas, sociais e econômicas, só vejo motivos para considerar patriótico não semearmos os ventos da discórdia e da luta em torno da sucessão presidencial, e faço votos para que consiga o Presidente Figueiredo fazê-la desaguar no consenso da opinião nacional, hoje tão inquitada e temerosa.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. HUMBERTO LUCENA NA SESSÃO DE 17-8-83 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB — PB. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Não poderia, na qualidade de Líder do PMDB, deixar de comparecer a esta tribuna para cumprir um dever ineludível, qual seja o de repercutir neste Plenário as gravíssimas denúncias que O Estado de S. Paulo, órgão dos mais conceituados na imprensa nacional e internacional, vem publicando a partir do dia 14 deste mês. Não me achava em Brasília na última segunda-feira e por isso não pude abordar de imediato este assunto que vem prendendo a atenção, não só dos políticos, mas de todos os que compõem os demais setores da sociedade brasileira.

Mas, antes de mim, com a autoridade que todos lhe reconhecemos, assumo a esta tribuna o Senador João Calmon, para, em primeira mão, falar sobre as denúncias de O Estado de S. Paulo. E S. Ex.^a, depois de deter-se em torno da matéria, teve uma passagem no seu pronunciamento que me parece da maior importância, quando afirmou:

"Certa vez, no segundo semestre de 1964, tive a oportunidade de, como Deputado Federal, integrar uma delegação que visitou a República Federal da Alemanha. Naquela ocasião, percorri várias academias políticas que existem naquele país com a finalidade de dar formação e garantir a renovação dos quadros de líderes nacionais. Achei esse iniciativa tão feliz que, ao regressar ao Brasil, apresentei emenda ao Estatuto dos Partidos Políticos, que estava sendo discutido, naquele momento, propondo a criação, também no Brasil, de academias políticas com a mesma finalidade. Na visita a uma dessas instituições, na Alemanha, aprendi uma lição inesquecível: o primeiro dever de um homem público é ficar em paz com a sua consciência; o segundo dever de um homem público é defender os interesses do seu país; o terceiro dever de um homem público é seguir as diretrizes do seu partido político."

Estas palavras são de um Senador da Bancada do PDS nesta Casa, de alto espírito público e, por isso mesmo, o homenagem neste instante, pela sua coragem de debater,

no Senado, com total independência os problemas de alto interesse nacional.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, segundo O Estado de S. Paulo, tudo girou em torno de negociações que visavam a solucionar o problema do endividamento externo da Polónia para com o Brasil. Nesse sentido, como cerne da questão, encontramos emissão de Notas promissórias pelo governo polonês, através do Banco estatal ou Handlowy, a partir de 1979, com vencimento a partir de 1981, a favor do Brasil (Senado do Brasil)".

Objeto da emissão (segundo a denúncia e a "Nota Oficial"): — sobre a qual falei depois — "financiamento à produção de carvão para compra, pelo Brasil, em troca de produtos de exportação brasileiros", notadamente o minério de ferro.

"Forma de pagamento: no vencimento com a ressalva aposta ao título: "o último domicílio sendo indicado nas instruções de pagamento apenas quando o Banco Handlowy dispuser, nessa conta, no vencimento, dos fundos apropriados mediante compensação".

Por aí já se vê, Sr. Presidente e Srs. Senadores, o generoso tratamento que o Governo brasileiro deu à dívida polonesa para com o Brasil.

Mas o que é mais grave, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o que é estarrecedor, é que O Estado de S. Paulo, com a sua alta responsabilidade, ao denunciar os fatos relacionados com a negociação da dívida da Polónia envolva nas negociações personalidades da mais alta categoria. Não só autoridades federais, como empresários e ex-autoridades ligadas às atuais, inclusive do primeiro escalão do Governo. Evidentemente, cabe-me, neste instante, nominar essas pessoas, para registro nos nossos Anais:

São elas:

1 — Delfim Netto — Desde a Embaixada em Paris quando José Flávio Pécora era diretor da COMEX-PORT.

2 — José Flávio Pécora — Diretor e fundador da COMEX-PORT e do Grupo Pécora & Leal.

3 — Eduardo de Carvalho — Ex-Secretário-Geral do Ministério da Fazenda e Presidente do BANESPA (Maluf).

4 — Conselheiro Rubens Barbosa — Chefe do Departamento do CO-LESTE (Itamaraty).

5 — Ministro Botofago Gonçalves — Chefe da Assessoria Internacional do SEPLAN.

6 — Ministro Vilar de Queiroz — Assessor do Ministro Delfim e ex-chefe da Assessoria Internacional do Ministério da Fazenda.

7 — Lauro Barbosa Moreira — Ex-chefe das Assessorias Internacionais dos Ministérios da Indústria e do Comércio e da Fazenda. Atualmente na COMEX-PORT.
8 — Benedito Moreira — Ex-Diretor da CACEX.

9 — Carlos Langoni.

10 — José Carlos Madeira Serrano — Diretor do Banco Central.

11 — Marcelo Perrupato e Silva — Ministério dos Transportes.

12 — Jayr Dezolt — Chefe do Departamento de Operações Internacionais do Banco Central.

13 — Carlos Eduardo Freitas — Chefe do Departamento de Operações Externas do Banco Central.

14 — Alberto Furugem — Departamento de Economia do Banco Central

15 — Augusto de Lima — PETROFÉRTIL (Subsidiária da PETROBRÁS)

16 — Maurício Cohen — INTERBRÁS (trading do Governo)

Empresas e Empresários:
— COMEX-PORT — Cia. de Comércio Exterior
Diretor: Arthur Goldlust — Eleito Exportador do A.10 em 82